

Vivian Alves da Costa Rangel Gomes

O remocionismo e seus reflexos na metropolização do Rio de Janeiro

uma análise sobre os programas habitacionais das décadas de 1960 e 1970

Resumo

Dentre o contexto e os propósitos dos programas de remoção de favelas no Rio de Janeiro, nas décadas de 1960 e 1970, análises progressas sinalizaram como objetivo principal a prática de uma operação antifavela sem precedentes na metrópole. Este artigo se propõe a analisar a estruturação socioespacial e as articulações entre as políticas de remoção habitacional e o respectivo processo de remanejamento espacial da população em forma de mobilidade residencial compulsória, assim como sua contrapartida no avanço do processo de metropolização vigente na região metropolitana do Rio de Janeiro no período especificado. Destacamos as relações existentes nessas práticas com a indução de mobilidade residencial na região metropolitana, para então discutirmos os possíveis pontos e contrapontos de intervenções das políticas públicas habitacionais e os processos de fragmentação e segregação socioespacial.

Remoção de favelas

Segregação socioespacial

Metropolização

Abstract

Among the context and purposes of Rio de Janeiro's favela removal programs in the 1960s and 1970s, previous analyzes signaled the practice of an unprecedented anti-slum operation in the metropolis. This article aims to analyze the socio-spatial structuring and the articulations between the housing removal policies and the respective process of spatial relocation of the population in the form of compulsory residential mobility, as well as its counterpart in the advancement of the metropolization process in force in the Rio de Janeiro Metropolitan Region in the specified period. We highlight the existing relations in these practices to the induction of residential mobility in the metropolitan region and then discuss the possible points and counterpoints of housing public policy interventions and the processes of fragmentation and socio-spatial segregation.

Slum removal

Socio-spatial segregation

Metropolization

INTRODUÇÃO

Dentre o contexto e os propósitos dos programas de remoção¹ de favelas no Rio de Janeiro, nas décadas de 1960 e 1970, análises pregressas sinalizaram como objetivo principal a prática de uma operação antifavela sem precedentes na metrópole. A Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação Popular (COAHAB-GB) representaram os principais órgãos governamentais responsáveis pela execução e financiamento da política habitacional remocionista que ocorreu ainda antes da fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara (VALLADARES, 1978).

Para além de todos os fatores circunscritos no processo de remoção das favelas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XX, a proposta deste artigo é lançar um olhar específico sobre o que há de relevante nessas práticas para o legado da estruturação socioespacial da região metropolitana dentro de uma lógica de (re)distribuição populacional no que tange aos processos de fragmentação e segregação espacial.

Este artigo tem o objetivo de apresentar as articulações entre as políticas de remoção habitacional e o respectivo processo de remanejamento espacial da população em forma de mobilidade residencial compulsória, assim como sua contrapartida no avanço do processo de metropolização da região no período especificado das décadas de 1960 e 1970.

Na primeira parte apresentamos um breve histórico da produção do espaço urbano do Rio de Janeiro e a distribuição espacial da população. Na segunda, abordamos as práticas de remoção de favelas na segunda metade do século XX. Na terceira parte, relacionamos tais práticas à indução de mobilidade residencial na região metropolitana e, na quarta parte, por fim, discutimos os possíveis pontos e contrapontos de intervenções das políticas públicas habitacionais e os processos de fragmentação e segregação socioespacial no contexto de metropolização.

ANTECEDENTES DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO

Entender a produção espacial é um veículo para a compreensão da dinâmica social presente no espaço

ocupado. A distribuição espacial da população reflete assim transformações abrangentes na estrutura da sociedade (ALVES, 2011; CORRÊA, 2007; MARTINE, 1994). A produção do espaço urbano do Rio de Janeiro, cuja evolução foi tratada por Abreu (2013) com total embasamento acadêmico, mostra em sua contextualização histórica como a sociedade é protagonista das formas e conteúdos presentes na estrutura espacial.

A dinâmica de expansão apresenta elementos como a diferenciação do lugar de moradia da população de mais alta renda em relação à população de baixa renda como um dos pontos propulsores do estiramento do tecido urbano, criando vetores orientados para direções espaciais que estavam associadas à capacidade econômica da população residente. É dessa forma que o “poder de mobilidade” passou a influenciar as decisões de “onde morar” para aquela população que tinha a escolha como opção, e assim a população de alta renda passou a ocupar espaços mais ao sul da cidade, portanto, mais distantes do centro de negócios, o que gerou o crescimento da demanda por transportes para deslocamentos e manutenção das práticas diárias no centro como, por exemplo, o deslocamento entre bairros como Botafogo, Flamengo, Copacabana e o Centro da cidade.

Diante de sua escassez, o serviço de transportes exigia que valores elevados fossem pagos pela população que o utilizava, logo, não era possível que toda população tivesse condições de arcar com os custos de deslocamento intraurbano, o que fez a manutenção da residência da população de baixa renda mais próxima possível do centro ser a melhor das opções disponíveis (ABREU, 2013).

Nesse contexto, a economia brasileira passava por transformação e seu modelo produtivo mudou de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, alterando também sua inserção na economia mundial, no início do século XX, o que gerou impactos para o espaço urbano. Seja pela multiplicação de fábricas no Rio de Janeiro, seja pelo elevado crescimento demográfico fomentado pela migração rural-urbana, a distribuição espacial da população começou a ganhar contornos cada vez mais diferenciados.

A maioria das indústrias de baixo nível de mecanização se localizava no centro, e a forma de residir na cidade se tornou cada vez mais caracterizada pelo adensamento e pela insalubridade. Para assumir o controle das condições de habitação na cidade, o poder público isentou de impostos as indústrias que oferecessem moradias populares para seus operários e, nesse contexto, proliferaram as vilas operárias no espaço urbano do Rio de Janeiro, como bairros intei-

¹ Referimo-nos com prioridade aos programas executados no período de 1962 a 1975 sob a regência da COHAB-GB e CHISAM.

ros de operários (OLIVEIRA, 2006).

Ainda no início do século XX, segundo Abreu (2013, p. 59), as grandes transformações ocorridas na cidade serviram para adequação da forma urbana às necessidades do novo modelo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a cidade passou por um processo de “organização espacial”, cuja maior evidência foi a reforma sanitária de Pereira Passos que trouxe melhoria na acessibilidade para a zona sul, embelezamento do espaço público, mas teve como principal impacto a realocação da população de baixa renda no espaço carioca. Após a demolição maciça da maioria dos cortiços localizados no centro, a população buscou ocupar as encostas e os subúrbios e, por isso, podemos perceber a elevação da população relativa nos subúrbios no gráfico 1.

A organização social no Brasil ganhou uma lógica mais urbana, e o Decreto de nº 1.185/18² é um bom exemplo da iniciativa de elaboração de uma legislação urbanística no que tange à regulamentação e à configuração da ocupação do espaço urbano. A partir desse momento, a intervenção pública no espaço urbano foi enfatizada ao longo do tempo.

A INTERVENÇÃO PÚBLICA NO ESPAÇO URBANO

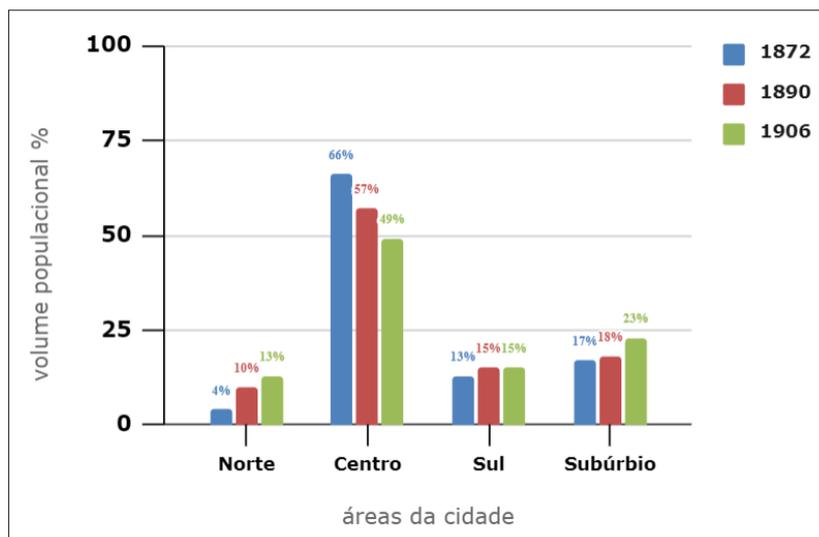
Inicia-se a intervenção pública direta no espaço, que promoveu a “divisão” de usos e classes. Nesse sentido, como Ferreira (2011, p. 59) observou, “o Estado veio acelerar o processo de estratificação espacial que já era característico na cidade desde o século XIX”.

Durante a primeira metade do século XX, desde Pereira Passos³ e seguindo pela administração Carlos Sampaio⁴, a cidade foi transformada, e “áreas nobres” foram anexadas. Simultaneamente, a ocupação das localizações suburbanas sinalizava a extensão do tecido urbano. Nessa época, as ocupações irregulares, as favelas, já eram interpretadas como um “problema social estético” que o poder público deveria erradicar. Diante disso, após a Revolução de 1930, as intervenções do Estado nesse sentido foram intensifica-

2 Esse Decreto representou o zoneamento que ampliava as zonas municipais para urbana, suburbana e rural, como zonas “distintas” e “determinadas”, estabelecendo dentro do município uma abordagem hierárquica de sua dinâmica. Representou também a visão que a Administração Pública tinha do território.

3 Prefeito no período 1902-1906.

4 Prefeito de junho de 1920 a novembro de 1922.



OBS: Em cada ano de referência o total da população atinge o valor relativo aproximado de 100%. Fonte: Elaboração própria a partir de Abreu (2013).

Gráfico 1: Distribuição relativa da população residente segundo áreas da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1872, 1890 e 1906.

das. Assim, a produção do espaço entre as décadas de 1930 e 1970 foi marcada pelo aumento das distâncias entre o local de trabalho e a moradia, com estratificação e diferenciação espaciais fomentadas pela ação pública concentrada em transformar o centro da cidade.

Surge então no cenário de governo as políticas públicas de habitação com a construção dos conjuntos habitacionais nos subúrbios, e com a transferência da localização da atividade industrial, o que interferiu no padrão de distribuição populacional. As áreas industriais foram oficializadas pelo Decreto-Lei nº 6.000/37⁵, que transferiu as unidades industriais para localidades que atualmente são identificadas como a zona norte e a zona oeste, enquanto suas antigas localizações na zona sul se tornaram áreas residenciais nobres, e as favelas se tornaram um “problema” a ser solucionado.

Com a aprovação do Código de Obras da cidade, as primeiras diferenciações no zoneamento residencial se dirigiam ao centro e à zona sul, que foram os espaços mais beneficiados em termos de infraestrutura. A década de 1940 é considerada como o período de expansão das favelas coincidindo com o avanço da verticalização e a transformação das moradias unifamiliares em multifamiliares, (ABREU, 2013;

5 O Código de Obras do Distrito Federal de 1937, elaborado e editado pelo Serviço de Propaganda Urbanística da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal. Pela primeira vez reconhece a existência das favelas e proíbe a criação de novas favelas. Entende-se que a favela é um problema passível de administração e controle de seu crescimento. Para Valladares (1978), o código de obras condena a favela e pode ser compreendido como primeira política formal relativa a esse tipo de assentamento humano e social.

VILLAÇA, 2010; LAGO, 2000).

A década de 1960 trouxe mais uma transformação de grande importância no sentido político-administrativo. Trata-se da transformação da cidade do Rio de Janeiro em Estado e da realização do “Plano de Desenvolvimento para o ano 2000”, o Plano Doxíadis. Como resultado, obteve-se a ocupação dos municípios periféricos com empreendimentos imobiliários cada vez mais distantes do centro. É anunciada então a crise habitacional marcada pela multiplicação da população favelada e da casa de cômodo (BONDUKI, 2004), pois a população de baixa renda que se manteve no centro metropolitano residia de forma cada vez mais precária nas favelas. A estratificação social no espaço urbano perdeu nitidez diante do surgimento e do adensamento das favelas nas áreas nobres da cidade, isto porque o distanciamento entre a moradia da população carente e a população de mais alta renda já não era considerado tão significativo.

O SIGNIFICADO DO REMOCIONISMO DE FAVELAS NO SÉCULO XX

No período pós-1964, as políticas urbanas foram representadas por elevados investimentos para intervenção nas áreas mais valorizadas da cidade, acarretando efeitos que passam pela remoção de favelas da zona sul e pela especulação imobiliária responsável pela expansão da área rica da cidade na direção da Barra da Tijuca.

Conforme Lago (2000), a ocupação das favelas na cidade desde a década de 1940 está muito mais associada ao acirramento da pobreza, às condições geradas pela industrialização, à perda contínua do poder de compra do trabalhador, resultante da política restritiva de controle inflacionário, do que com o incremento da imigração. De uma forma geral, a favela inflava, porque a população estava cada vez mais pobre e com menos condição de custear uma forma melhor de moradia.

Nessa perspectiva, a remoção das favelas e a valorização exacerbada do solo nas áreas centrais são os fatores principais, essenciais, para a compreensão do direcionamento da população para a fixação de moradias mais distantes do centro, na periferia metropolitana, “espaços não metropolitanos”⁶ que seriam conurbados ainda mais adiante quando a dinâmica metropolitana se intensificasse.

A política de remoção de favela já fazia parte da

intervenção na distribuição espacial da população no Rio de Janeiro desde a “Política do Bota Abaixo” da administração de Passos (1902-1906), com a transferência da população carente que habitava o centro. No governo Vargas, o código de obras da cidade previa a demolição de favelas desde o ano de 1937, e a necessidade de transferência era fundamentada nos mesmos argumentos anteriores de que a favela representava uma verdadeira ameaça à saúde pública. Assim como no período 1937-1945, a remoção dirigia a população para parques proletários que eram locais de moradia com regras rígidas, à maneira de uma fábrica, com toque de recolher obrigatório aos moradores, por exemplo.

No entanto, é na década de 1960 que o remocionismo ganha força e intensidade no tratamento dominante dado às favelas do Rio de Janeiro. Na lógica de uma cidade planejada, os conjuntos habitacionais figuram como solução para o “problema das favelas” em relação aos espaços valorizados da cidade, além de representarem garantia de moradia digna para a população mais pobre. Conforme Brum (2011, p. 82), “os programas habitacionais não se dirigiram à população de baixa renda, mas especificamente, às favelas”. As localidades reservadas para o projeto, pela CHISAM⁷, estavam concentradas prioritariamente na zona oeste em níveis de extensão para a construção de conjuntos habitacionais.

Nesse período, a favela já havia se tornado um símbolo reificado da desordem e do atraso. Assim, tanto a remoção quanto a construção de conjuntos habitacionais se constituem, segundo a concepção do Estado, na elaboração e execução de políticas públicas resultantes da demanda gerada pelo rápido processo de urbanização pelo qual a cidade passou, com consequências sociais que marcariam a estrutura espacial residencial.

Podemos afirmar que a política de remoção de favelas representa, demograficamente, uma espécie de mobilidade residencial compulsória, cujo destino se circunscreve em localidades menos valorizadas, entre outras características, e a origem é bem demarcada nas áreas mais valorizadas na cidade, conforme Figura 1, com o exemplo da transferência da população carente da zona sul para a zona norte.

Na Tabela 1, observamos que a zona norte da cidade apresentava maior concentração de conjuntos habitacionais, mas foi superada pela zona oeste que apresenta o maior número de unidades habitacionais,

⁶ Aproveitando a concepção de Bernard Kayser (1969) sobre “espaços metropolitanos” e “espaços não metropolitanos”.

⁷ CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana. Autarquia que assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro ficaria sob o controle do Governo Federal.

Fonte: Adaptação a partir de Brum (2011, p. 126).

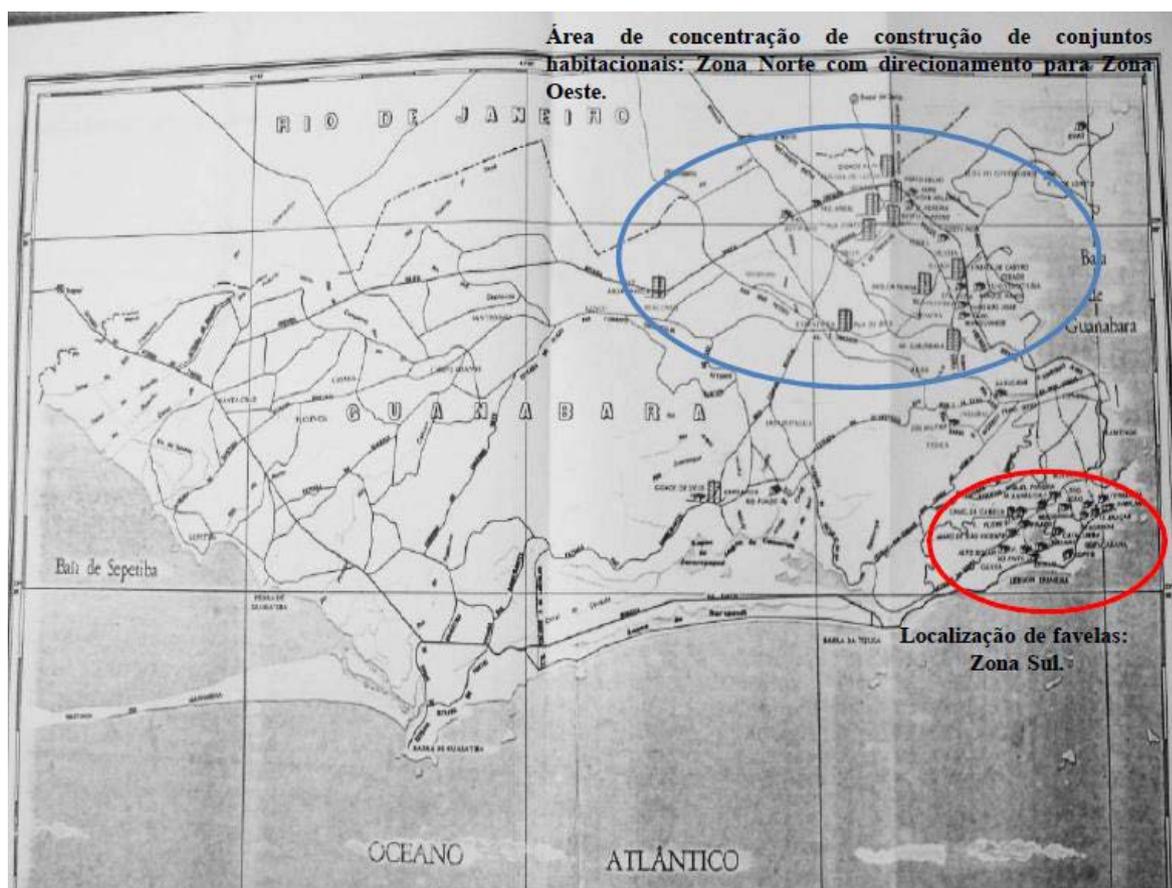


Figura 1: Imagem do mapa original do CHISAM sobre favelas removidas e locais dos conjuntos habitacionais construídos - Rio de Janeiro - 1971

representando 63% das unidades construídas no período 1962-1975.

Por fim, para Villaça (2010, p. 328), através da história da cidade, é possível perceber que o processo de segregação que se iniciou no final do século XIX foi acentuado no século XX. Segundo o autor, a alteração que a cidade passou com a concentração crescente da população de mais alta renda na zona sul e a de mais baixa renda nas zonas norte e oeste é, de fato, reestruturação urbana, pois novas localizações foram criadas, diferentes valores foram atribuídos e, tudo isso, significa que a população residente passa a interagir diferentemente no espaço.

ARTICULAÇÕES ENTRE O REMOCIONISMO E A METROPOLIZAÇÃO

São indispensáveis as reflexões sobre a relação entre a produção do espaço do Rio de Janeiro e a metropolização. Nesse contexto, abordamos a convergência entre o processo de metropolização, a estruturação interna da metrópole e sua integração com os municípios periféricos que se tornariam parte da composição da região institucionalizada.

Este ponto da relação entre cidade e região não é inédito, já muito explorado pela teoria da polari-

Área da cidade	Nº total de conjuntos habitacionais	Nº total de unidades	% unidades	População estimada
Zona Norte	20	16.392	33	81.960
Centro	1	700	1	3.500
Zona Sul	4	1.053	2	5.265
Zona Oeste	10	31.540	63	157.700
Total	35	49.685	100	248.425

Tabela 1: Área da cidade segundo número de conjuntos habitacionais, população estimada e número de unidades - Estado da Guanabara - 1962 a 1975

Fonte: Gomes (2016, p. 20). OBS: População estimada pelo número médio de pessoas por família igual a 5.

zação⁸, entre outras, mas que através de constatações podemos compreender o Rio de Janeiro, o centro, como uma metrópole com território de influência relevante na hierarquia urbana (LENCIONI, 2004). No entanto, questionamos qual é a articulação presente entre as políticas habitacionais de cunho remocionista das décadas próximas à institucionalização da região metropolitana e o avanço da metropolização?

Nessa perspectiva, há preocupação com os significados que podem ser apreendidos a partir desse processo socioespacial com ênfase na metropolização. Os programas de remoção de favelas no Rio de Janeiro ganharam nuances no processo de desenvolvimento urbano seguindo o vetor de expansão e incluindo espaços na dinâmica metropolitana, promovendo adensamento demográfico sem, no entanto, sanar a descontinuidade no padrão de ocupação do solo. Nesse contexto, a segregação e a fragmentação socioespaciais assumiram os contornos de tentativa de invisibilização da população mais carente na metrópole.

Em sua análise sobre os programas de remoção, Valladares (1978) atestou, por meio dos documentos estudados e entrevistas realizadas, que a deficiência das políticas habitacionais da época reside exatamente no não tratamento das “causas” do crescimento das favelas. As intervenções governamentais trataram as favelas como “questão estritamente habitacional e de uso do solo”, e com isso não foram observados elementos tangentes como a característica da população residente nas favelas nos seus aspectos sociais e demográficos, sua demanda por emprego e moradia, entre outros. Por um lado, a favela se constituiu uma oportunidade para a população pobre, seja de moradia, seja pela localização próxima ao trabalho, e, por isso, pode ser percebida como uma “solução orçamentária” fundamental para essa população se manter na cidade diante da restrição que enfrentava. Para a autora, foram diversas as variáveis que promoveram o crescimento das favelas e os programas de remoção não visaram atingir nenhuma delas. Logo, nada foi feito para melhorar as condições materiais da vida da população carente no que tange à sua renda.

Mais além, os programas de remoção parecem ter sido apenas paliativos, visto que seu efeito foi mais “propulsor que regressivo” (VALLADARES, 1978, p. 45). A remoção como um processo longo, que contava com várias etapas, culminando na realocação da população nos conjuntos habitacionais e na sua inserção no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), também promoveu o maior adensamento das

favelas, pois passou a representar uma oportunidade de acesso a uma unidade habitacional, o que acabou atraindo a população para estes locais. Um dos argumentos principais do programa era a oportunização da aquisição da casa própria por uma população cujas perspectivas nesse sentido eram remotas.

Vale ressaltar que a favela também representava uma realidade estruturada no espaço. Sua remoção era lenta e planejada de forma a convencer o morador a aceitar sua transferência. O poder local das associações dos moradores era uma peça relevante desse processo. A remoção tinha que parecer um “bom negócio” aos olhos da população, também deveria representar oportunidade de moradia com acesso a serviços de infraestrutura, deveria representar dignidade, a superação do estigma de “favelado”.

O programa de remoção, em síntese, deslocava para áreas mais afastadas do centro uma população marcada pela baixa renda, heterogênea, pois entre os “removidos” estavam aqueles que podemos considerar “compulsórios”, porque eram moradores das favelas demolidas, mas também havia um contingente de “inscritos”, portanto, voluntários na adesão ao programa habitacional, além dos “invasores”, que muitas vezes não tinham como comprovar a renda mínima para participar do programa e, por isso, se inseria através da invasão de unidades vagas nos conjuntos habitacionais.

O que cabe destacar é que a remoção consistia na comercialização de habitações populares que após um tempo poderiam até ser revendidas. Os habitantes passaram a mutuários do SFH com todos os elementos burocráticos possíveis que envolvem a formalização e a legalização de um imóvel. Como em todo sistema de compra e venda, existia um valor a ser pago, que, apesar de ser um valor muito abaixo do padrão do mercado, tratava-se muitas vezes de um valor acima das condições orçamentárias dos habitantes.

Dessa forma, a inadimplência cresceu. Muitas vezes, pagar a mensalidade do financiamento da unidade habitacional ficou cada vez mais difícil para uma população que, além de pagar pela unidade que habitava, tinha que lidar com os custos relativos ao deslocamento diário para o trabalho, que, na maioria das vezes, permaneceu próximo à localidade de origem da remoção, sugerindo uma ampliação drástica do “hiato casa-trabalho” após a mobilidade residencial

⁸ Desde a teoria dos Polos de Crescimento de François Perroux de 1955, por exemplo.

⁹ Emprego esse termo na tese de doutoramento que estou desenvolvendo na área de Demografia que trata da Mobilidade Pendular e da constituição de Centralidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Este “hiato” é exatamente o que se pretende que seja, um distanciamento entre a moradia

para o conjunto habitacional. Tal comprometimento da renda familiar fez da inadimplência uma realidade e a reação dos órgãos governamentais foi deflagrar uma série de despejos judiciais que retiravam as famílias inadimplentes, desligando-as do programa e disponibilizando a unidade habitacional para outra família habilitada no programa. Uma família poderia deixar o conjunto habitacional de forma compulsória ou, ainda, de forma voluntária. No entanto, ambas representavam formas de rompimento com o SFH.

De “removidos a despejados”, ou apenas “transseuntes”, essa população tinha que praticar mais um deslocamento para fixar moradia em outro lugar. Esses deslocamentos tinham destinos voltados para a favela (geralmente próxima da sua origem), configurando uma espécie de “retorno”, mas na maioria dos casos ocorreu o deslocamento para uma das áreas do “Grande Rio”, no sentido do avanço da metropolização. Uma pequena parte dessa população chegou a mudar-se para outros estados (VALLADARES, 1978).

Há indícios¹⁰ de que o retorno à favela foi importante. No entanto, não era mais uma opção viável para a maioria da população, visto que tal retorno não significava encontrar as mesmas condições vividas anteriormente, principalmente, no que tange ao acesso à moradia, que, diante do crescimento e adensamento ocorridos, teve seu valor elevado, o que dificultou a reinserção dessa população. Aqueles que saíram voluntariamente ainda puderam contar com os recursos irrisórios da venda dos direitos da habitação que ocupavam nos conjuntos, mas, para aqueles que foram despejados, a situação foi ainda mais agudizada, fazendo com que, em sua maioria, buscassem moradia na “expansão periférica” da cidade, prioritariamente nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, além de Niterói. O distanciamento em relação ao centro metropolitano se ampliou para essa população (VALLADARES, 1978, p. 81).

Anos depois, os conjuntos habitacionais puderam ser interpretados como “área de trânsito” ou “rotatividade da moradia”, devido ao deslocamento de um contingente expressivo da população que habitou esses espaços durante a inauguração, ou seja, é como se tivesse ocorrido a substituição da população original dos conjuntos habitacionais.

De forma geral, a remoção e os programas de habitação popular proporcionaram a “concentração espacial de grupos sociais em áreas relativamente ho-

mogêneas e distantes entre si no território da cidade” (MARQUES, 2010, p. 31). Apesar de proporcionar acesso à casa própria, tais programas não desconstruíram os estigmas sociais e territoriais ligados à população residente em favelas e ainda romperam com o vínculo dessa população com o lugar de habitação. Não cabe a este texto tratar dessa temática, mas é inevitável identificar o processo de segregação socioespacial instalado diante da separação espacial dessa população.

PROCESSOS SOCIAIS SINGULARES

Em meio ao processo de metropolização em curso, a financeirização das unidades habitacionais nesses conjuntos impactou o valor do solo. Mas, antes de adentrar a discussão, temos a necessidade e a obrigação de lançar luz sobre os processos sociais singulares associados a esse contexto. Optamos por refletir sobre os sentidos e significados dos processos sociais, pois, conforme Valladares (1978), os dados desse “pós” remocionismo, da implantação dos conjuntos habitacionais, assim como sobre a circularidade dos residentes originais, são dados muitas vezes inexistentes. No entanto, o foco da análise se dirige aos mecanismos associados aos fenômenos, sem que se tenha que criar regularidades empíricas para explicá-los, visto que entendemos que tais regularidades derivam do próprio processo que se desenvolveu. Diante disso, a explicação está na dinâmica de seu desenvolvimento e não nos dados. Estes nos auxiliam na visualização e no estudo, mas a análise que desenvolvemos nos dá azo a entender as singularidades causais.

Dessa forma, buscamos reconhecer os reflexos do remocionismo no processo de metropolização, principalmente no que tange ao adensamento dos municípios periféricos contíguos ao Rio de Janeiro que começaram a ter importância intensificada e passaram a compor a região metropolitana. São fatores que não estão soltos a esmo. Existem contribuições que surgem a partir dos fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais, além dos fluxos intermunicipais, mas acreditamos que a população removida e que, a posteriori, deixou os conjuntos habitacionais, segundo as condições que mencionamos, também constituiu um contingente importante nesses principais municípios contíguos à metrópole.

Para Corrêa (2016), toda vez que distâncias são estendidas e a articulação entre as áreas da cidade se tornam mais complexas, do ponto de vista da localização residencial e do deslocamento diário, por exemplo, estamos diante da fragmentação do espaço

e o trabalho.

¹⁰ Valladares (1978) destaca a inexistência de dados que dimensionem o peso de cada destino.

urbano que o autor afirma derivar da segregação socioespacial. Em síntese, o remocionismo, ou seja, a mobilidade residencial compulsória de maior parte da população de baixa renda para as áreas mais distantes confirma a manifestação espacial da fragmentação, mais um reflexo na metropolização. Isto se realiza, pois a dificuldade de deslocamento, a distância, o custo com transporte, diversos fatores em conjunto podem constituir um desincentivo para essa população participar dos espaços mais centrais.

Sendo assim, tanto a segregação quanto a fragmentação socioespacial que apontamos enquanto um reflexo das políticas habitacionais precisam ser examinadas adotando-se balizas teóricas e conceituais fundamentais, pois, conforme a observação de Sposito (2016, p. 64), “nem todas as formas de diferenciação e de desigualdade são, necessariamente, formas de segregação”. Exatamente por isso é que buscamos uma explicação para o processo, pois para aqueles que se interessam por investigar a complexidade da relação da população com o espaço urbano, devem acautelar a aplicação automática e imediata de conceitos já que as realidades divergem, assumem diferentes facetas de um fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto que exploramos, podemos considerar que as favelas existentes nas áreas nobres da metrópole como Copacabana e Lagoa, por exemplo, representavam muito mais diferenciação no espaço urbano de acordo com Lefebvre (1983, apud SPOSITO, 2016), pois a própria proximidade emoldurava as relações sociais existentes no espaço. Já o processo de remoção e a transferência da população para áreas mais distantes, menos valorizadas e muito mal articuladas quanto a sua acessibilidade, representaram um rompimento, uma separação espacial, uma segregação dessa população que viu suas opções de acesso cada vez mais complicadas em termos de deslocamento para as áreas mais nobres da metrópole. Essa apreensão provém da visão de Lefebvre (1983) sobre segregação, por afirmar que a segregação rompe, relativamente, as relações entre a parte segregada e o espaço urbano (apud SPOSITO, 2016). Isso é notório quando se entende que a remoção dificultou as relações e as articulações da população instalada nos conjuntos habitacionais com a vida urbana que levavam. Esse é mais um significado do remocionismo para a metropolização que avançava.

Tal processo interferiu na forma como essa população se apropriava e usava o espaço e ganhou

significado de “periferização dos mais pobres”, atinente à complexificação da estruturação espacial que no século XX seguia uma tendência de separação da população menos favorecida socialmente, tendência identificada nas grandes cidades da América Latina.

Nesse sentido, o processo de metropolização seguia ampliando o tecido urbano de forma que a lógica das desigualdades socioespaciais se manifestasse, principalmente, para aquela população que apresentava baixo grau de mobilidade urbana. Dessa forma, a aplicação dos recursos públicos para propiciar a aquisição da moradia foi orientada de forma a periferizar uma população característica, trazendo o afastamento socioespacial dessa população de baixo poder aquisitivo que, em vez de solucionar o problema da moradia, para muitos, resultou num afastamento ainda maior e, até mesmo, na precarização da moradia.

Os conjuntos habitacionais foram alocados em descontínuo ao tecido urbano e sua localização manifestava a distância dos centros assim como dos equipamentos públicos e privados. No âmbito da produção contemporânea do espaço, novos ingredientes foram acrescentados, e a fragmentação socioespacial supera a segregação, sem anulá-la, mas é reforçada pelas dificuldades de acessibilidade que agravaram as distâncias sociais.

Entendemos que tanto a fragmentação quanto a segregação socioespacial são manifestações das desigualdades existentes, mas foram singulares enquanto processos sociais que brotaram como reflexos da política remocionista e da política habitacional nas décadas de 1960 e 1970, por criarem acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole. A eclosão da população concentrada na metrópole para os municípios periféricos encontra nesse contexto também uma via de extravasamento. Aqueles que não conseguiram se manter no programa, passam por mais um remanejamento, que não pode ser compreendido completamente como voluntário, mas um remanejamento que vai orientar essa população para um local de moradia que esteja mais de acordo com suas “condições orçamentárias” e uma área que ofereça melhor articulação espacial.

Por fim, enquanto significado geral que podemos depreender dessas reflexões que foram expostas aqui é que as políticas urbanas e habitacionais muitas vezes, redundantemente, resultam no reforço do que Carlos (2016, p. 95) chama de “contradição da produção do espaço urbano”, em que a sua produção se dá em âmbito público, mas sua apropriação é mantida no âmbito privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2013. 156p.
- ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade /imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão(Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 344p.
- BRUM, Mário. **Favelas e Remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. O social em questão – Ano XVI – nº 29 – 2013- pp. 179-208**. Disponível em: <http://osocialempquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf>
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “Direito à Cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 95-110.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 39-60.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Diferenciação Socio-espacial, escala e práticas espaciais**. CIDADES, v.4, n.6, 2007, p.62-72.
- FERREIRA, Álvaro. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- GOMES, Vivian Alves da Costa Rangel. **Breve histórico da produção do espaço intraurbano e da distribuição da população na cidade do Rio de Janeiro**. XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu, outubro, 2016.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.
- LENCIONE, Sandra. O Processo de Metropolização do Espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **Globalização e estrutura urbana/São Paulo**, Hucitec: Fapesp, 2004.
- MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010. 216p.
- MARTINE, George. **A Redistribuição Espacial da população brasileira durante a década de 80**. Texto para discussão nº 329, IPEA: Rio de Janeiro, 1994. 46p.
- OLIVEIRA, Catarina Pinto de Albuquerque. **Shopping Center: a variedade na exploração do espaço de negócio**. Rio de Janeiro: UVA, 2006.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.
- VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Zahar Editores, 2ª edição, 1978.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2010. ■

Vivian Alves da Costa Rangel Gomes é doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) UNICAMP. Mestre em Estudos populacionais e Pesquisa social pelo ENCE. Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território pelo ENCE. Bacharel em Economia pela UFRRJ. Licenciatura em História pela UNIRIO. viviankostarangel@gmail.com